

## Em vez de negociação e diálogo, reitores se apoiam na intransigência e na repressão ao movimento

*Fórum indica manutenção e ampliação da **GREVE** pela imediata **REABERTURA DAS NEGOCIAÇÕES**.*

*Dia de atividades locais em 9/6 e preparação de novo ato estadual também são indicativos*

O pedido de reintegração de posse contra a ocupação estudantil no Instituto de Artes (IA) da Unesp, na capital, com o pronto atendimento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), na tarde de 28/5, foi mais um grave elemento a mostrar a estratégia escolhida pelos reitores para lidar com as justas reivindicações da comunidade: intolerância, intransigência, repressão!

Os fatos no IA não culminaram em algo mais grave porque os estudantes decidiram deixar o local antes que a polícia interviesse. Na USP, a chegada dos policiais durante a madrugada de 10/5 pegou o movimento de surpresa e resultou em agressões, estudantes feridos e alguns detidos. Há denúncias de que, em vários *campi* da Unesp, sucedem-se práticas intimidatórias.

Reunidas em 29/5, com o objetivo de avaliar o movimento e indicar os próximos passos, as entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis manifestaram grande indignação e repúdio às iniciativas das instituições, que substituem o necessário diálogo pela intimidação e pela truculência policial.

O relato dos presentes mostrou que a greve se mantém nas estaduais paulistas, entre os três segmentos, e que a intransigência das reitorias, ao não reabrir as negociações e apelar para medidas repressivas, não é caminho aceitável para a superação



Ato estadual em 20/5: Nas ruas em defesa da educação pública (Foto: Daniel Garcia)

dos impasses. Também foram dados mais detalhes sobre as sessões dos conselhos universitários da Unicamp e da USP, ocorridas em 26/5, que tinham na pauta o referendo ao índice salarial de 3,47% oferecido pelo Cruesp e rejeitado pelas categorias.

Na Unicamp, a proposta apresentada pela bancada dos servidores técnico-administrativos e defendida por representantes dos três segmentos, de retirada do reajuste da pauta, foi aprovada com 40 votos a favor, 24 contrários e 2 abstenções. Uma votação histórica.

Na USP, após insistência dos representantes discentes para que as reivindicações estudantis fossem incluídas na pauta – absurdamente, após quase 50 dias de greve do segmento, não havia nada previsto, especialmente a questão do reajuste dos auxílios – o reitor Aluísio Segurado simplesmente suspendeu a sessão e foi embora.

A submissão do reajuste salarial aos conselhos máximos das universida-

des – que só não ocorre na Unesp – é uma tentativa de enfraquecer a mesa de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp e dar o assunto como encerrado.

Mas nada está encerrado!

Como assinala o novo ofício que está sendo enviado ao Cruesp – uma das deliberações da reunião do Fórum das Seis em 29/5 – “não se trata de mero impasse administrativo”. O que está em questão, diz o documento, “é a própria preservação de um patrimônio político, institucional e democrático que permitiu às universidades estaduais paulistas atravessar períodos de crise sem romper com princípios fundamentais de participação, negociação coletiva e construção institucional compartilhada”. O ofício reitera a reivindicação de urgente reabertura das negociações.

### A greve

Ferramenta de luta indicada pelo Fórum das Seis, tendo como pautas centrais as reivindicações salariais, as demandas da



Movimento no IA/Unesp: As urgências da permanência estudantil em pauta

permanência estudantil e a garantia e ampliação do financiamento para as universidades, a greve é realidade nas três instituições. A intransigência das reitorias, ao não reabrir as negociações e apelar para medidas repressivas, caminha na contramão da solução dos impasses.

Na Unesp, o movimento é crescente entre docentes (9 *campi* parados no fechamento deste boletim, em 1/6), técnico-administrativos da Unesp (7 *campi* em greve) e estudantes (81 cursos de graduação, segundo o DCE Elenira Rezende). A greve também é realidade entre os estudantes e docentes da Unicamp e USP e entre os técnico-administrativos a Unicamp.

### Os indicativos do Fórum das Seis: Manutenção da greve, apoio ao movimento estudantil, novo ato estadual

- 1) Manutenção e ampliação da greve nas universidades estaduais paulistas;
- 2) Repúdio às medidas repressivas contra o movimento;

3) Novo ofício ao Cruesp cobrando a imediata reabertura das negociações em torno ao reajuste salarial, pautas estudantis e financiamento;

4) Ofício ao reitor da USP solicitando audiência com o Fórum das Seis, para tratar do movimento dos estudantes da USP;

5) Construção de movimento “Universidade sob ataque”, com dia unificado de atividades locais/de rua (em 9/6) e preparação de novo ato estadual em SP, em defesa das reivindicações do movimento e de financiamento adequado para Unesp, Unicamp e USP. No dia 8/6, o Fórum participará de uma reunião para preparar o novo ato.

6) Criação de ‘comitê de notáveis’ (intelectuais, parlamentares, representantes de centrais sindicais, movimentos sociais, Fórum das Seis e outros), para intervir em prol dos estudantes e para que haja negociações na USP. Se necessário, deverá atuar na Unicamp e na Unesp.

7) Carta aberta à população, em defesa das universidades.

### O que a comunidade quer negociar com o Cruesp

■ A contraproposta salarial apresentada pelo Fórum das Seis: 4,39% (inflação medida pelo IPCA/IBGE de 12 meses) + 3% (como primeiro passo para uma política de reposição de parte das perdas para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012), totalizando 7,52%.

■ A permanência estudantil: Inicialmente, os 4 pontos centrais apresentados pelo Fórum (reajuste e ampliação das bolsas, tendo como horizonte o valor do salário-mínimo paulista; discussão sobre os conceitos de bolsa e auxílio; fim da exigência de contrapartida de trabalho, vigente na Unicamp; instituição de cotas trans e vestibular indígena) e também os demais itens da Pauta Unificada, que inclui moradia, restaurantes, mobilidade e outros.

■ O restante da Pauta Unificada 2026, que aborda condições de trabalho e estudo, situação dos hospitais universitários, financiamento das universidades, entre outros.

## Financiamento, questão chave para as estaduais paulistas. O que Tarcísio não diz

A greve nas universidades, que ganhou destaque na grande imprensa, especialmente a partir dos atos de rua e das ações repressivas contra os estudantes, tem pressionado o governador Tarcísio de Freitas a falar.

### E o que fala o governador? Resumidamente, três coisas:

- 1) Tenta mostrar com números que as finanças das universidades vão muito bem. Como exemplo, durante passagem por Bauri, em 21/5, onde foi cercado por trabalhadores e estudantes em greve, ele afirmou que os investimentos crescem. Comparando 2019 a 2026, os repasses oriundos do ICMS cresceram cerca de 28%.
- 2) As universidades têm recursos e, portanto, cabe aos reitores negociar as reivindicações. “Todas justas”, segundo Tarcísio, quando perguntado sobre as demandas estudantis.
- 3) Não há motivo para preocupação com a reforma tributária, pois tudo é muito simples: quando o ICMS acabar, em seu lugar entrará outro imposto (o IBS). Portanto, basta fazer a “correspondência” e pronto. Financiamento e autonomia estarão garantidos.

### O que o governador não diz também pode ser resumido em três coisas:

- 1) Os recursos que as universidades recebem – congelados em 9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS desde 1995 – não cresceram, nem de longe, na proporção em que aumentaram as instituições. O número de *campi*, cursos e vagas praticamente dobrou nas últimas décadas, mas o de professores e funcionários,

ao contrário, diminuiu (*como mostra o quadro*). Por outro lado, após 2014, com a política de cotas, o perfil socioeconômico dos estudantes mudou, sendo hoje mais da metade oriunda da escola pública e com necessidades de apoio financeiro e institucional para se manter na universidade.

2) Se USP, Unesp e Unicamp – especialmente a primeira – têm recursos em caixa, isso é fruto de arrocho salarial, não contratações, programas de demissão voluntária (como na USP) e atendimento precário à permanência estudantil.

3) As mudanças impostas pela reforma tributária não se resumem a uma mera troca de siglas – sai



ICMS, entra IBS. A matemática simples do governador esconde um oceano de manobras que podem reduzir, concretamente, os recursos destinados às universidades. Neste momento, as universidades públicas paulistas estão em sério risco, uma vez que as consequências da reforma tributária, no que diz respeito à arrecadação de cada um dos impostos criados, são de

difícil previsibilidade. Os novos parâmetros a serem estabelecidos precisam garantir a preservação da autonomia e dar conta da manutenção e do crescimento das universidades, instituições chave para o desenvolvimento do estado e do país.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 e 2024

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2024	Varição	1995	2024	Varição	1995	2024	Varição
Docentes	3.497	3.182	-9,0%	2.259	1.983	-12,2%	5.056	5.306	4,9%
Técnico-administrativa(o)s	7.918	5.079	-35,9%	8.681	7.234	-16,7%	15.105	12.610	-16,5%
Cursos de graduação	80	137	71,2%	44	65	47,7%	132	325	146,2%
Vagas em graduação	4.311	7.680	78,1%	1.990	3.434	72,6%	6.902	11.147	61,5%
Estudantes matriculada(o)s / graduação	19.618	38.344	95,4%	9.992	20.733	107,5%	33.479	58.752	75,5%
Cursos de pós-graduação	125	245	96,0%	85	169	98,8%	476	847	77,9%
. Mestrado	71	136	91,5%	46	82	78,3%	257	439	70,8%
. Doutorado	54	109	101,8%	39	73	87,2%	219	408	86,3%
Estudantes matriculada(o)s / pós-graduação	6.824	13.300	94,9%	8.771	12.465	42,1%	19.683	29.487	49,8%
. Mestrado	3.395	7.206	112,2%	3.830	5.781	50,9%	8.024	13.911	73,4%
. Doutorado	1.382	6.094	341,0%	2.996	6.684	123,1%	6.060	15.576	157,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.706	365,7%	1.044	2.390	128,9%	2.643	6.911	161,5%
. Mestrado	433	1.842	279,2%	724	1.410	94,7%	1.584	3.991	152,0%
. Doutorado	148	1.064	618,9%	320	980	206,2%	1.059	2.920	175,7%

Fonte: Anuários Estatísticos das três instituições 2025 (ano base 2024) – últimos dados disponíveis.

Observação: Em 1995, passou a vigorar o padrão atual de financiamento das estaduais paulistas, mantido por sucessivos governos em 9,57% do ICMS-QPE.